



EXPANSION

Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ: 04.100.850/0001-12

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2010, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Expansion") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

SETOR ELÉTRICO

O Sistema de Transmissão Interligado Nacional

As primeiras linhas de transmissão do Brasil tinham por objetivo interligar as usinas geradoras aos centros consumidores. A partir da década de 60, com a centralização nas mãos da União do planejamento da expansão elétrica, esses sistemas radiais e isolados foram sendo conectados para formar o Sistema Interligado de Transmissão.

Até recentemente o país tinha dois grandes subsistemas de transmissão: um para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; outro para o Nordeste e parte da região Norte (o restante da região Norte possuía apenas linhas isoladas, sem caracterizar um sistema).

Em 1999 os subsistemas Sul - Sudeste - Centro-Oeste e Norte - Nordeste foram conectados através da linha de transmissão Norte-Sul I (Furnas), iniciando o processo de integração eletroenergética, hoje em pleno desenvolvimento. Tal integração objetiva promover o intercâmbio de energia entre as usinas (majoritariamente hidroelétricas), otimizando o uso dos recursos hídricos e aproveitando diferenças nos regimes pluviométricos de cada região.

Pode-se afirmar, portanto, que os investimentos no segmento de transmissão são tão essenciais quanto aqueles em geração de eletricidade, com a vantagem de possuírem menores prazos de implantação e impactos ambientais.

Tais investimentos ganharam vulto, contudo, após a instituição do novo modelo energético, o qual promoveu a cisão dos negócios de Geração, Transmissão, Distribuição, bem como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação).

O Segmento da Transmissão

Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos players e uma intensa competição que tem levado a deságios de mais de 50%. Com a entrada do governo Lula o modelo foi modificado através das Leis 10.847 e 10.848 de 2004. O segmento da Transmissão, contudo, foi pouco alterado. Teve como principais mudanças o gerenciamento das licitações e a permissão de concessionárias federais para concorrerem aos leilões, (desde que associadas e com participação minoritária) transferidas para o MME. Não houve modificação na essência do modelo para o segmento o qual tem, inclusive, sido tomado como exemplo de sucesso no Setor Elétrico e servido de paradigma para as reformas efetuadas no setor de Geração. Para os próximos anos espera-se a manutenção do contínuo desenvolvimento deste setor. Já foram ofertados em leilões públicos diversos empreendimentos de transmissão de caráter estrutural que, certamente, incrementarão a capacidade de intercâmbio eletroenergético no Brasil. Recentemente, as novas obras previstas pelo planejamento de expansão da transmissão foram consolidadas pelo Ministério de Minas e Energia - MME, reforçando a expectativa de manutenção do ritmo de investimentos no setor.

A EXPANSION

A Expansion foi constituída em 5 de outubro de 2000 em regime de SPE - Sociedade de Propósito Específico, e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

No dia 20 de dezembro de 2000, a Expansion assinou com a União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte-Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- Linha de transmissão 500 kV Samambaia - Itumbiara, com extensão de 296 km, com origem na subestação 500 kV de Samambaia e término na subestação 500 kV de Itumbiara;
- Linha de transmissão 500 kV Samambaia - Emborcação, com extensão de 285 km com origem na subestação 500 kV de Samambaia e término na subestação 500 kV de Emborcação, e
- Respectivas entradas de linha, interligações de barra e demais instalações, necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações nas subestações de Samambaia e Itumbiara, operadas por Furnas Centrais Elétricas S.A., e na subestação de Emborcação, operada pela Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

Essas linhas reforçam a conexão entre os Subsistemas Sul-Sudeste-Centro-Oeste e Norte-Nordeste e fazem parte do atual Sistema Interligado Nacional ("Sistema Interligado") e entraram em operação comercial no dia 23 de dezembro de 2002.

Através da resolução número 733/2003, publicada no dia 30 de Dezembro de 2003, a Expansion foi autorizada a implantar um novo banco de reatores na Subestação de Itumbiara. Reproduzimos a seguir parte do Artigo 1º da citada resolução que caracteriza o novo empreendimento autorizado:

"Art. 1º - Autorizar a empresa Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. a implantar um banco de reatores de linha manobrável, em 500 kV, composto por 3 unidades monofásicas de 45,33 Mvar cada, mais uma unidade reserva, de 45,33 Mvar, para a linha de transmissão, em 500 kV, Itumbiara - Samambaia, e módulo de conexão associado, em 500 kV, na subestação Itumbiara, de 500 kV, localizada no Município de Araporã, Estado de Minas Gerais....."

Para tanto a mesma resolução estabeleceu um acréscimo na Receita Anual Permitida da sociedade, correspondente aos novos reatores e à sua interligação à linha de transmissão, no montante de R\$ 3,1 milhões, referidos a início de Novembro de 2003.

A entrada em operação destes novos equipamentos aconteceu em 20 de janeiro de 2005.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 82.518, dividido em 82.518.000 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (em reais).

	Acionistas	%
SGBH Expansão Participações Ltda		99,99
Mrs. Ou, Cai e Qu		0,01
		100

O Objeto de nossa Sociedade é a exploração de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à disponibilização de nossa rede de transmissão de energia elétrica. Nossa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas Energia - MME.

EXERCÍCIO 2010

Receita:

O valor anual da receita fixado pela ANEEL para o período de Julho 2010 - Junho 2011 é de R\$ 127.719 mil (123.980 em 2009). Tal valor é fixo, definido no Contrato de Concessão, e reajustado anualmente em 1º de Julho pela variação do IGP-M nos 12 meses findos em 31 de maio precedente ao reajuste.

A receita mensal é objeto de uma dedução de uma parcela variável, em função do tempo em que as linhas fiquem indisponíveis. No exercício de 2010 a Expansion não teve dedução por este conceito.

A Expansion fatura mensalmente a todos os Usuários do Sistema Interligado pelo uso do Sistema de Transmissão da rede básica, com independência do uso específico das suas próprias instalações. Os valores devidos por cada um dos Usuário são definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

A título de exemplo, o número de usuários do mês de dezembro de 2010 alcançou a cifra de 202, com uma média de R\$ 979 mil por fatura.

Distribuição de Usuários			
Valor da Fatura	Quantidade	Totais	Média
<10.000	116	393	3
10.000 - 100.000	61	1.865	31
100.000 - 200.000	9	1.374	153
200.000 - 300.000	6	1.454	242
>300.000	10	5.502	550
SOMAS	202	10.588	979

A composição da tarifa em dezembro de 2010 é como segue:

	R\$ Mil
Receita Garantida	125.458
Impostos	0
PIS	-864
COFINS	-3.987
ICMS	0
Taxas	0
Fiscalização	-627
CCC	0
RGR	-3.136
P&D	-1.159
Compensação financeira	0
Custo da energia comprada	0
para revenda	0
Encargos de uso da rede elétrica	0
Despesas de pessoal	-3.326
Outras despesas operacionais	-25.963
Tarifa bruta da concessionária	86.395

Desempenho econômico-financeiro

No exercício 2010 a Expansion teve uma Receita Base bruta de R\$ 121.118 milhões (111.861 milhões em 2009) que, após a dedução dos impostos sobre o faturamento, resultou em uma receita líquida de R\$ 111.972 milhões (103.172 milhões em 2009).

O lucro operacional, EBITDA, foi de R\$ 92.257 milhões (R\$ 94.768 milhões em 2009) e, uma vez descontados as amortizações, as despesas financeiras, os juros sobre capital e os extraordinários, obtemos um lucro antes de impostos de R\$ 72.278 milhões (86.628 milhões em 2009).

O Lucro Líquido do exercício, após a Provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi de R\$ 46.246 milhões (57.197 milhões em 2009), correspondente a R\$ 560,00 por lote de 1.000 ações do capital. Os Principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2010 e 2009 são:

	2010	2009
• Liquidez Geral	203,07%	182,51%
• Liquidez Corrente	271,71%	213,16%
• Relação Patrimônio Líquido/Ativo Total	50,83%	45,29%
• Relação Exigível Total/Ativo Total	49,17%	54,71%
• Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	18,34%	25,30%
• Relação Lucro Operacional/Patr. Líquido (%)	42,04%	42,17%
• Endividamento do patrimônio Líquido	96,72%	120,78%
• Em moeda nacional	-	83,04%
• Em cesta de moedas	-	16,96%

Valor Adicionado: Em 2010 o valor adicionado líquido gerado com riqueza pela concessionária foi de R\$ 107.839 milhões, representando 89% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição: 3% (pessoal); 29% (Governo); 43% (Acionistas); e 25% (Financiadores).

Distribuição de Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 50% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

A sociedade constituiu reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social e decidiu repartir aos acionistas o saldo remanescente.

Responsabilidade ambiental

A Expansion Transmissora de Energia S.A. - ETEE está operando em plena conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e/ou compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação nº. 279/2002 emitida pelo IBAMA.

A ETEE solicitou em 15 de dezembro de 2010 a renovação da Licença de Operação a qual tem seu prazo de validade até o dia 16 de abril de 2010. O pedido foi realizado 120 dias antes do vencimento da última LO, conforme a Resolução Conama 237. A ETEE aguarda a emissão da LO renovada.

Indicação dos Programas Ambientais Realizados no decorrer do ano de 2010

Nome do Programa	Atividades Realizadas 2010
Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental para prevenção de queimadas	Sim
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Monitoramento de Processos Erosivos	Sim
Programa de Manutenção e Poda da Vegetação	Sim
Programa de Compensação Ambiental	Sim

Resumo das Atividades

Em atendimento às Condicionantes da **Renovação da Licença de Operação nº 279/2002** e de acordo com as atividades próprias da fase de operação, foram desenvolvidos os seguintes Programas Ambientais no ano de 2010: Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental para a Prevenção de queimadas (a), o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Monitoramento de Processos Erosivos (b), Programa de Manutenção e Poda da Vegetação (c) e o Programa de Compensação Ambiental (d).

Abaixo se encontra em uma descrição sucinta do que foi desenvolvido.

a. Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental para prevenção de queimadas

No âmbito deste Programa foi realizada uma campanha anti-queimadas simplificada durante os meses de agosto e setembro com as seguintes atividades: spot em rádios locais; colocação de cartazes sobre o tema queimadas em bares, associações, escolas e locais frequentados pela população do entorno da Linha; e o concurso de desenho e redação para as escolas da região. O tema foi o slogan da campanha que era "evite queimadas promova a vida".

b. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Monitoramento de Processos Erosivos

No ano de 2010 não foram realizadas atividades no âmbito deste Programa. Atualmente o trabalho que está sendo feito é de monitoramento das intervenções realizadas em 2007, 2008 e 2009. A situação principal é a da torre 201, descrita abaixo. Trata-se de uma grande voçoroca que apesar de estável desde 2005 está em constante monitoramento pela proximidade da torre: 16 metros.

- TORRE 201

A situação atual da recuperação da voçoroca, situada próxima a área da Torre 201, na LT Samambaia - Itumbiara. A área sofreu intervenção no período de 14/09/07 à 18/10/07, dentre outros procedimentos, a implantação de um sistema de drenagem e plantio de mudas de árvores e sementes de capim. As contenções e o plantio, desde então, estão sendo monitorados durante os trabalhos de Inspeções Visuais ao longo da Linha.

c. Programa de Manutenção e Poda da Vegetação

As atividades de corte seletivo da vegetação sob as linhas, como forma de manutenção, foram previamente comunicadas ao IBAMA, conforme determina a condicionante 2.5 da LO. A comunicação prévia foi através da Nota Técnica nº 20/2010, protocolada no dia 23 de agosto de 2010. Posteriormente à realização das atividades previstas e comunicadas no dia 23/08/2010, foi protocolada a Nota Técnica nº 29/2010 em 04 de outubro de 2010. As atividades realizadas e descritas nas duas Notas Técnicas estão respectivamente expostas nas tabelas abaixo:

Tabela 1: Aviso prévio ao IBAMA com as informações e atividades a serem realizadas.

Trecho da Linha - Samambaia (DF) - Emborcação (MG)			
Vão*/Município	Coordenadas (Zona 22 K)	Quantitativo Previsto (ha)	Espécies (Nome e Nome Científico)
Entre torres nº 550 e nº 551/Goandira - GO	Torre 550 S 0804149,014 W7990898,021; e Torre 551 S 0804248,359 e W7990384,809.	0,46 ha	Embaúba - Cecropia sp, Monjoleiro - Acacia polyphylla e Maminha de porca - Zanthoxylum regnelianum
Entre torres no 595 e 596/Goandira - GO	Torre 595 S0810659,540, W 7970823,109 e Torre 596 S0810905,489, W7970378,162	0,38 ha	Embaúba - Cecropia sp, Monjoleiro - Acacia polyphylla, Açoita cavalo - Lucea grandiflora, Guatambu oliva - Apidosperma parvifolium e Cafezeiro do mato - Casearia decantra

Durante o período de 20/09/2010 a 30/09/2010 foi efetuado o corte seletivo de algumas árvores que representavam risco imediato para as Linhas de Transmissão, garantindo assim a segurança operacional, em consonância com a Norma da ABNT nº 5422.

A tabela abaixo relata o quantitativo previsto, comunicado através da Nota nº 34/2009 e o quantitativo suprimido (real).

Tabela 2: Local da atividade e quantitativos

Trecho da Linha Samambaia-DF - Emborcação-MG			
Vão*/Município	Quantitativo Previsto (em ha)	Quantitativo Real Suprimido (em há)	Diferença (%)
Entre torres nº 550 e nº 551 / Goandira - GO	0,46	0,345	-25 %
Entre torres no 595 e 596/Goandira - GO	0,38	0,26	-32%

Tabela 3: Volume total do Material Vegetal Suprimido

Quantitativo do Material Vegetal Obtido no vão 550/551			
Lenha (mst)	Tora (m3)	Total (m3)	
10	1,5	7,04	
Quantitativo do Material Vegetal Obtido no vão 595/596			
Lenha (mst)	Tora (m3)	Total (m3)	
12	1,5	8,45	

Considerações Finais:

Durante a realização dos trabalhos todos os cuidados foram feitos para que o corte seletivo se restringisse ao mínimo necessário para operação das Linhas de Transmissão, respeitando as distâncias mínimas de segurança, conforme estabelece a Norma ABNT nº 5422.

Todo o trabalho foi acompanhado por Engenheiro previamente orientado a suprimir somente o necessário para assegurar a confiabilidade do Sistema Elétrico.

d. Programa de Compensação Ambiental

No âmbito do Programa de Compensação Ambiental, a ETEE, vem mantendo os entendimentos com a Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade - ICMBIO, para o atendimento a esta Condicionante que estão em curso. A ETEE assinou o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) com o Parque Municipal das Orquídeas Piracanjuba, no valor de R\$ 200.000,00 e no momento encontra-se na etapa de formalização do TCCA com o Parque Nacional de Mambai, no valor de R\$ 1.600.000,00.

Resalta-se que a ETEE apresentou, por meio da Correspondência ETEE/004/08, de 22 de janeiro de 2008, cópia do extrato de movimentação referente a conta corrente onde se encontram depositados os recursos da compensação ambiental do empreendimento.

Pesquisa e desenvolvimento

Em 2010 a ETEE deu continuidade a projeto de Pesquisa e Desenvolvimento com a PUC-Rio, para aperfeiçoamento de sensor em fibra óptica para medição de vibrações em cabos de linhas de transmissão.

Foi concluído projeto com a UnB, de protótipo de helimodelo robotizado para inspeção aérea de linhas de transmissão, com ênfase na localização de defeitos em cabos e espaçadores.

Foram também concluídos 5 projetos, referente aos ciclos 2006-2007. Esses projetos, listados a seguir, foram executados em forma cooperativa com as empresas CPTe, ETIM, ITE, PPTE e VCTE:

- Impacto do tratamento criogênico profundo nas propriedades físicas e mecânicas de ligas Al de uso em LTs e SEs (UnB / Kryos)
- Projeto de protótipo de baixo custo de sensor de correntes elétricas elevadas em fibra óptica (PUC-Rio / Lupatech)
- Inibição de corrosão em torres de transmissão de energia com nanotinta de TiO2 (UFRJ)
- Desenvolvimento de sistema de controle meteorológico do campo de vento LTs da PPTE (UFRJ)
- Desenvolvimento de um sistema de alerta para condições sistêmicas anormais (UFRJ)

Responsabilidade Social

Neste exercício da Expansion fica nítido o papel social da Concessionária. A característica linear de suas instalações implica em penetração regional significativa, representando uma abrangência social como poucas outras instalações podem propiciar. Assim, ciente de sua responsabilidade social, a Expansion tem gerenciado seu orçamento sempre buscando as oportunidades de investimentos sociais, esgotando e utilizando todos os incentivos sócios culturais permitidos pela legislação vigente.

Projetos Culturais:

Relatório de Projetos Patrocinados

A) Projetos Culturais - Lei Rouanet

Ser Nobre é ter Identidade

Ampliar e dar continuidade ao projeto Ser Nobre é Ter Identidade que pesquisa a identidade cultural de cidades históricas brasileiras, valorizando a promoção de seu patrimônio material e imaterial e registrando a proposta em diários. Motivação: Brinde de Natal Valor: R\$ 10.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010.

Isso aqui Não é Gotham City

Duas apresentações do Grupo Primeiro Ato em Brasília com um espetáculo que transporta para o palco quadros e takes dançados, inspirados no mundo das histórias em quadrinhos e dos desenhos animados. A busca de um objeto surpreendente reúne os mais diversos tipos, de origens e raças diferentes, numa arriscada aventura, reproduzindo o submundo de uma metrópole imaginária. Motivação: relacionamento institucional (ONS, ANEEL, IBAMA, Furnas, Eletronorte e outros) e funcionários Plena. Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 40.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010.

Clássicos e Samba

Trata-se de um espetáculo no Theatro Municipal do Rio de Janeiro em torno de compositores populares que levaram o samba ao classicismo do gênero.

O programa será comemorativo do cinquentenário de Brasília, do centenário de Noel Rosa e de Adoniram Barbosa, com arranjos "de casaca" para músicas destes compositores, comemorando também o glamour do novo Theatro Municipal recém-restaurado. Motivação: relacionamento institucional (ONS, ANEEL, IBAMA, Furnas, Eletronorte e outros) e funcionários Plena. Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 100.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010.

Cinemagia - Cinema Itinerante

Evento de cinema itinerante, com toda infra-estrutura própria, para exibição pública em 05 (cinco) cidades a serem definidas pelo cliente. Todas as exibições são gratuitas e serão distribuídas plocas aos espectadores também gratuitamente Motivação: interação e bom relacionamento com as comunidades próximas às LTs. Locais: 15 municípios de MT e GO; Valor: R\$ 110.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010.

União da Ilha - Carnaval 2011

Desfile da Escola de Samba União da Ilha do Governador no Rio de Janeiro em 2011 com o tema "Ela é insulana por NATUREZA. Já foi domingueira, mística, curiosa, nostálgica, carnavalesca, assombrosa, profana, briteira, circense, mágica, mandingueira, infantil e por fim: AVENTUREIRA.". Motivação: participação, fidelização e integração dos funcionários. Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 77.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2011.

Salgueiro

Desfile da Escola de Samba Salgueiro no Rio de Janeiro em 2011 com o enredo: Noite de estréia. A agitação na porta do cinema revive os tempos de glamour da eterna Cinelândia. Uma multidão se aglomera para ver de perto os astros da superprodução salgueirense que entra em cartaz depois de um ano de filmagens. Todos prontos? Vai começar a sessão!

Motivação: participação, fidelização e integração dos funcionários. Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 123.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2011.

Natal no Campus - UNIFEI

Abriu as portas da Universidade Federal de Itajubá para a comunidade, sempre ao final do ano, por ocasião das festas natalinas. O objetivo é criar um festival contando com apresentação de orquestra sinfônica, grupos de dança, grupos de teatro, apresentações musicais, apresentações de grupos corais, oficinas de criação artística, para um grande público.

Motivação: acordo de mútuo apoio das entidades. Local: Itajubá; Valor: R\$ 15.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010.

Projetos Esportivos (Lei de Incentivo ao Esporte)

Copa Brasil de Tênis de Mesa

Produção de uma etapa do Circuito Copa Brasil (1a de 3 etapas) com 500 competidores nacionais de Tênis de Mesa. Simultaneamente, apresentação do evento Rei das Américas, competição entre os 4 melhores competidores brasileiros e 4 campeões panamericanos no esporte. Em paralelo, é feito o treinamento de professores da rede pública de escolas da cidade envolvida e a posterior doação das mesas de competição para estas escolas.

Motivação: divulgação da imagem da Plena associada ao apoio à educação esportiva básica. Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 100.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2011.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2011.

A Administração



BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2010 (31 de Dezembro de 2010 e 2009) (Não Auditado)

1) Base de Cálculo	2010 Valor	2009 Valor	4) Indicadores Ambientais (Relacionados com a operação da empresa)		
Receita Líquida (RL)	111.972	103.172	Em Programas e/ou projetos externos	4	0
Resultado Operacional (RO)	92.257	94.768	Total dos Investimentos em Meio Ambiente	1.800	115
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2.154	2.382	5) Indicadores do Corpo Funcional		
2) Indicadores Sociais Internos			No. de empregados ao final do período	38	36
Alimentação	153	124	No. de admissões durante o período	1	0
Encargos sociais compulsórios	747	624	No. de empregados terceirizados	1	1
Previdência privada	-	-	No. de mulheres que trabalha na empresa	2	2
Saúde	184	177	Escolaridade dos empregados		
Capacitação e desenvolvimento profissional	17	28	Superior e extensão universitária	9	9
Outros	56	68	2º grau	24	26
Total - Indicadores Sociais Internos	1.157	1.021	1º grau	5	1
3) Indicadores Sociais Externos			Faixa etária dos empregados		
Educação	-	-	Abaixo de 30 anos	15	15
Cultura	575	541	De 30 até 45 anos (exclusive)	19	17
Total - Indicadores Sociais Externos	575	541	Acima de 45 anos	4	4
			Dependentes	8	47

6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2010	2009
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11	12
Número total de acidentes de trabalho	0	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos	(x) pela direção	() direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	() pela direção	(x) direção e gerências
A participação nos lucros ou resultados é definida	() pela direção	(x) direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() não são considerados	(x) são sugeridos
Quando à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(x) apóia

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009	01/01/2009		Nota	2010	2009	01/01/2009
Ativo			(Reapresentado)	(Reapresentado)	Passivo				
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.996	20.529	12.498	Fornecedores		443	202	327
Concessionárias e permissionárias	5	13.759	13.666	12.827	Empréstimos e financiamentos	9	-	24.759	23.755
Estoques		1.400	1.380	1.220	Contas a pagar - partes relacionadas	12	3.070	-	-
Adiantamento a fornecedores		62	-	-	Empréstimos - partes relacionadas	12	34.079	-	-
Impostos a recuperar	6	72	31	1.347	Impostos e contribuições sociais	10	23.933	20.967	15.088
Contas a receber - ativo financeiro	7	126.687	125.458	120.853	Taxas regulamentares		2.733	2.787	2.589
Outros créditos		367	1.097	1.109	Dividendos propostos		-	26.981	16.742
		176.343	162.161	149.854	Outros passivos circulantes		674	378	266
Ativo não circulante					64.902	76.074	58.767		
Títulos e valores mobiliários		2.323	16.482	17.573	Passivo não circulante				
Outros créditos		2.374	-	715	Empréstimos e financiamentos	9	-	157.832	192.153
Contas a receber - ativo financeiro	7	314.201	319.770	333.367	Empréstimos - partes relacionadas	12	128.872	-	-
Impostos a recuperar	6	-	-	324	Outras provisões - medidas compensatórias	11	3.657	3.441	3.278
Intangível		771	766	766	Provisão para contingências	14	8.431	-	-
		319.669	337.018	352.745	Impostos diferidos		38.015	35.739	35.604
Total do ativo		496.012	499.179	502.599	Outros passivos não circulantes		-	-	43
					178.975	197.012	231.078		
					Patrimônio líquido	13			
					Capital social		82.518	82.518	82.518
					Reservas de lucros		158.449	26.981	16.742
					Reserva legal		13.507	11.195	8.355
					Ajuste de avaliação patrimonial		(2.339)	(135)	-
					Lucros acumulados		-	105.534	105.139
					252.135	226.093	212.754		
					496.012	499.179	502.599		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	82.518	8.355	16.742	-	107.615
Ajuste de prática contábil	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008 (reapresentado)	82.518	8.355	16.742	-	107.615
Dividendos propostos de lucro do exercício anterior	-	-	(16.742)	-	(16.742)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	57.197	57.197
Ajuste de prática contábil	-	-	-	(135)	(135)
Constituição de reserva legal	-	2.840	-	(2.840)	(2.840)
Dividendos propostos	-	-	-	(26.981)	(26.981)
Dividendos retidos	-	-	26.981	(26.981)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	82.518	11.195	26.981	(135)	105.534
Dividendos propostos de lucros do exercício anterior	-	-	(26.981)	-	(26.981)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	46.246	46.246
Constituição de reserva legal	-	2.312	-	(2.312)	(2.312)
Ajuste de prática contábil	-	-	-	(2.204)	(2.204)
Dividendos propostos	-	-	-	8.981	8.981
Dividendos retidos	-	-	158.449	(158.449)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	82.518	13.507	158.449	(2.339)	252.135

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, apresentado em reais)

	2010	2009
Receita operacional líquida	111.972	103.172
Custo da operação	(5.966)	(7.838)
Pessoal	(2.496)	(2.213)
Material	(190)	(233)
Serviços de terceiros	(1.797)	(2.710)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica	(627)	(604)
Arrendamentos e aluguéis	(412)	(566)
Custo de construção e outras	(444)	(1.512)
Lucro operacional bruto	106.006	95.334
Despesas operacionais	(13.749)	(566)
Pessoal e administradores	(830)	(566)
Outras	(12.919)	-
Lucro antes do resultado financeiro	92.257	94.768
Resultado financeiro	(19.979)	(8.140)
Receita financeira	6.817	3.368
Receitas de aplicações financeiras	2.252	2.303
Variações monetárias ativas	4.506	-
Outras receitas financeiras	59	1.065
Despesa financeira	(23.747)	(11.508)
Variações monetárias passivas	(4.217)	11.075
Juros	(17.767)	(21.646)
Outras despesas financeiras	(4.812)	(937)
Lucro antes dos impostos	72.278	86.628
Imposto de renda e contribuição social	(26.032)	(29.431)
Lucro líquido do exercício	46.246	57.197
Lucro líquido por ação - R\$	0,56	0,69

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		46.246	57.197
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Juros e variações monetárias dos empréstimos		17.478	10.570
Valor residual da baixa do imobilizado		-	313.477
Depreciação e amortização		5	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	284	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(93)	(840)
Outros créditos		248	(311)
Tributos e contribuições compensáveis		(42)	1.642
Contas a receber ativo financeiro		4.340	(445.228)
Estoques		(20)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		241	(170)
Tributos e contribuições sociais		2.966	5.879
Partes relacionadas		3.049	(673)
Taxas regulamentares		(54)	200
Ajustes com implantação do IFRIC 12		1.953	(37.896)
Outras contas a pagar		296	(3.165)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		76.897	(99.319)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado (ativo financeiro) - intangível		(4)	182.449
Títulos e valores mobiliários		12.204	1.091
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		12.200	183.540
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos captados		162.350	-
Empréstimos e financiamentos pagos		(199.477)	(42.747)
Dividendos distribuídos pagos		(38.504)	(33.442)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(75.630)	(76.190)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes		13.466	8.031
Saldo inicial de caixa e equivalentes		20.529	12.498
Saldo final de caixa e equivalentes	4	33.995	20.529
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes		13.466	8.031

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais) (Não Auditado)

	Nota	2010	2009
RECEITAS DE USO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO		121.174	111.861
CONSTRUÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS		(56)	-
		121.118	111.861
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços		(4.922)	(4.736)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outras		(3.535)	(2.943)
Outros		(11.633)	(1.510)
VALOR ADICIONADO BRUTO		101.028	102.672
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO		(5)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		101.022	102.672
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras		6.816	3.366
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		107.839	106.038
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal			
Remunerações diretas		2.791	1.700
Benefícios		375	470
FGTS		161	609
		3.326	2.779
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		30.883	33.990
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras		26.796	11.507
Aluguéis		587	566
		27.383	12.073
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		21.967	27.168
Lucros retidos		24.279	30.028
		46.246	57.196
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		107.839	106.038

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
 A Expansão Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("EETE" e/ou "Companhia"), companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 5 de outubro de 2000 e está estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - Sala 1534, Centro, Rio de Janeiro, com filiais em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão
 Em 31 de agosto de 2000, o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000. No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte-Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais:
 (i) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara;
 (ii) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação.
 A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$52.000 (valor histórico). A RAP será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a receita anual permitida será reduzida a 50% do seu valor original.
 Paralelamente, a concessionária foi autorizada pela ANEEL, mediante a Resolução 733, de 30 de dezembro de 2003, a proceder à implantação de um banco de reatores de linha manobrável para a linha de Transmissão Itumbiara-Samambaia, na subestação de Itumbiara, no Estado de Minas Gerais. Pela disponibilização das novas instalações, a receita anual máxima permitida foi estabelecida em R\$3.112, a preços de novembro de 2003. Em 20 de janeiro de 2006, entrou em operação o projeto de reatores, tendo sido o aditivo ao contrato de concessão assinado em 14 de julho de 2006. O valor da receita estabelecido para esse projeto no período



EXPANSION

Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ: 04.100.850/0001-12

julho de 2008 a junho de 2009 foi de R\$4.309 (R\$3.813 em 2007). Esse montante será ajustado pela parcela decorrente da majoração das alíquotas do PIS e da COFINS, no valor de R\$190.

Em 29 de Junho de 2010, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.021/2010, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 127.719 para o período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 15 de dezembro de 2010, foi concluído o processo de venda da Companhia pertencentes as Companhias Isolux Corsan S.A., Abengoa Brasil Ltda, Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Lintran do Brasil Participações S.A. à companhia State Grid Brazil Holding S.A., subsidiária do Grupo State Grid, localizado em Pequim, na República Popular da China.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 2.12, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Receita operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, a Companhia reconhece como receita no resultado a Receita Anual Permitida (RAP), ajustada mensalmente pelo ONS por meio dos avisos de crédito que servem de base para emissão das faturas aos usuários de sua linha de transmissão. A RAP foi definida para os primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial, do período de 30 anos da concessão e, no período restante, esta sofrerá redução de 50%. Em 2009, foi aprovado o Pronunciamento ICPC 01 - Contratos de Concessão, que será adotado pela Companhia a partir do exercício de 2010. Entre os principais impactos que a adoção do ICPC 01 trará, está a mudança do atual procedimento contábil do reconhecimento da receita a partir dos avisos de crédito emitidos pelo ONS.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.6. Concessionárias e permissórias

Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos assemelhados. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.7. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.8. Ativo financeiro

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 611, de 22 de dezembro de 2009, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado da capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Tributação

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

► Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;

► Reserva Geral de Reversão (RGR) ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL;

► Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2010 - ano base de 2009.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

► Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

► Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo; e

► Sobre ajustes efetuados por diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

► Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

► Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2.12. Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas transmissoras de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas companhias em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% de sua receita bruta anual.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de fiscalização descrita anteriormente.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributada e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

2.15. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A. ainda não foi oficialmente definido pelo Órgão Ambiental do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto na Lei 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

A Administração da Companhia adotou como prática contábil o reconhecimento dessa provisão ao término da construção da linha de transmissão, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no processo de unitização dos bens.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronun-



EXPANSION

Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ: 04.100.850/0001-12

ciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.17. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BR GAAP).

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi emitida no Brasil na forma da ICPC 01 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em dezembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A ICPC 01 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

O IFRIC 12 é aplicável à Companhia e está sendo adotado em 2010, com efeitos retroativos à data de constituição da Companhia. Assim, as demonstrações financeiras dos exercícios anteriores estão sendo rerepresentadas, sendo definido 1 de janeiro de 2009 como a data de transição.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado anualmente, considerando a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários. De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com o seguinte modelo contábil do ativo financeiro. Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado. A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas), sendo que a Companhia adotou 1 de janeiro de 2009 como data de transição. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo a reconciliação do resultado do exercício de 2009, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas a seguir:

3.1. Balanço de abertura em 1 de janeiro de 2009

Balanço Patrimonial	01/01/2009 (Original)	Ajustes	01/01/2009 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	29.001	120.853	149.854
Caixa e equivalente de caixa	12.498	-	12.498
Concessionárias e permissionárias	12.827	-	12.827
Estoques	1.220	-	1.220
Impostos a recuperar	1.347	-	1.347
Contas a receber - ativo financeiro	-	120.853	120.853
Outros créditos	1.109	-	1.109
Ativo não circulante	332.855	19.890	352.745
Títulos e valores mobiliários	17.573	-	17.573
Outros créditos	715	-	715
Contas a receber - ativo financeiro	-	333.367	333.367
Impostos a recuperar	324	-	324
Imobilizado gerador de RAP	313.477	(313.477)	-
Intangível	766	-	766
Total do ativo	361.856	140.743	502.599
Passivo			
Passivo circulante	58.767	-	58.767
Fornecedores	327	-	327
Empréstimos e financiamentos	23.755	-	23.755
Impostos e contribuições sociais	15.088	-	15.088
Taxas regulamentares	2.589	-	2.589
Dividendos propostos	16.742	-	16.742
Outros passivos circulantes	266	-	266
Passivo não circulante	195.474	35.604	231.078
Empréstimos e financiamentos	192.153	-	192.153
Outras provisões - medidas compensatórias	3.278	-	3.278
Impostos diferidos	-	35.604	35.604
Outros passivos não circulantes	43	-	43
Patrimônio líquido	107.615	105.139	212.754
Capital social	82.518	-	82.518
Reservas de lucros	16.742	-	16.742
Reserva legal	8.355	-	8.355
Lucros acumulados	-	105.139	105.139
Total do passivo e do patrimônio líquido	361.856	140.743	502.599

3.2. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

Balanço patrimonial	31/12/2009 (Original)	Ajustes	31/12/2009 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	36.703	125.458	162.161
Caixa e equivalente de caixa	20.529	-	20.529
Concessionárias e permissionárias	13.666	-	13.666
Estoques	1.380	-	1.380
Impostos a recuperar	31	-	31
Contas a receber - ativo financeiro	-	125.458	125.458
Outros créditos	1.097	-	1.097
Ativo não circulante	321.338	15.680	337.018
Títulos e valores mobiliários	16.482	-	16.482
Contas a receber - ativo financeiro	-	319.770	319.770
Imobilizado gerador de RAP	304.090	(304.090)	-
Intangível	766	-	766
Total do ativo	358.041	141.138	499.179
Passivo			
Passivo circulante	76.074	-	76.074
Fornecedores	202	-	202
Empréstimos e financiamentos	24.759	-	24.759
Impostos e contribuições sociais	20.967	-	20.967
Taxas regulamentares	2.787	-	2.787
Dividendos propostos	26.981	-	26.981
Outros passivos circulantes	378	-	378
Passivo não circulante	161.273	35.739	197.012
Empréstimos e financiamentos	157.832	-	157.832
Outras provisões - medidas compensatórias	3.441	-	3.441
Impostos diferidos	-	35.739	35.739
Patrimônio líquido	120.694	105.399	226.093
Capital social	82.518	-	82.518
Reservas de lucros	26.981	-	26.981
Reserva legal	11.195	-	11.195
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(135)	(135)
Lucros acumulados	-	105.534	105.534
Total do passivo e do patrimônio líquido	358.041	141.378	499.179

O efeito da mudança de prática contábil relacionada à implantação do IFRIC 12 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi o seguinte:

Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 segundo as práticas contábeis anteriores	56.802
(+) Reversão da depreciação do imobilizado	9.971
(-) Custo de construção	(584)
(-) Variação na receita operacional bruta	(8.992)
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	57.197

3.3. Novos IFRS e interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

► **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

► **IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem **simples** para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

► **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

► **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras.

► **Melhorias para IFRS** - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

► IFRS 3 - Combinação de negócios.

► IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros.

► IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)
Caixa	23	21	14
Bancos	515	509	154
Aplicações financeiras de liquidez imediata	33.458	19.999	12.330
	33.996	20.529	12.498

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento de Títulos Públicos multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem, nas datas dos balanços, o valor de mercado.

5. Concessionárias e permissionárias

	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)
A vencer	13.651	13.501	12.736
Vencidas até 30 dias	52	32	7
Vencidas até 60 dias	32	11	4
Vencidas até 90 dias	24	9	2
Vencidas há mais de 90 dias	284	113	78
	14.043	13.666	12.827
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	(284)	-	-
	13.759	13.666	12.827

A Companhia monitora suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2010 registrados com base na análise do índice de inadimplência da companhia e por valores em aberto há mais de 90 dias. Tal critério foi adotado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A movimentação do saldo da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte durante os exercícios de 2009 e 2010:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	-
(+) Complemento PDD	284
(-) Baixas ocorridas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	284

6. Impostos a recuperar

	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)
Circulante			
INSS a recuperar	27	27	28
Imposto de renda retido sobre rendimentos de aplicações financeiras	41	-	530
Imposto de renda retido por clientes	-	-	360
Contribuição social retida por clientes	-	-	267
PIS e COFINS a compensar - ativo imobilizado	2	2	162
Multas a compensar	2	2	-
	72	31	1.347
Não circulante			
PIS a compensar - ativo imobilizado	-	-	324
	-	-	324

7. Contas a receber - ativo financeiro

A rubrica de contas a receber - ativo financeiro origina-se da aplicação da interpretação técnica - ICPC 01 - Contrato de concessão e da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de concessão, conforme mencionado na nota explicativa 3.

O montante total de R\$ 400.888 (sendo R\$ 126.687 no ativo circulante e R\$ 314.201 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2010), foi calculado retroativamente ao início do período de concessão e entrada em operação das linhas de transmissão da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foi retroativamente registrado, totalizando R\$ 445.228 e R\$ 454.220, respectivamente.

8. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa rubrica referia-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conforme composição adiante. Durante o prazo do contrato, a Companhia teve que manter em favor do BNDES uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

O contrato com o BNDES foi quitado integralmente em dezembro de 2010. Com a liquidação do contrato, o montante disponível em tal rubrica foi recuperado pela Companhia.

9. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2010	2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
BNDES - subcrédito A - moeda nacional	-	10.675	11.923
BNDES - subcrédito B - moeda nacional	-	134.522	150.247
BNDES - subcrédito D - moeda nacional	-	4.155	4.862
BNDES - subcrédito E - moeda nacional	-	1.780	2.083
BNDES - subcrédito C - moeda estrangeira	-	29.395	43.868
BNDES - subcrédito F - moeda estrangeira	-	1.235	1.947
Juros a pagar	-	829	978
Total de empréstimos e financiamentos	-	182.591	215.908
Passivo circulante	-	24.759	23.755
Passivo não circulante	-	157.832	192.153

As características do empréstimo são como se segue:

BNDES - TJLP - Providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incide a taxa efetiva de juros de 3% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 meses, com início em 15 de novembro de 2008 e término em 15 de outubro de 2022.

Durante o mês de dezembro de 2010, a Companhia, como parte do processo de transição de controle acionário (vide nota explicativa 1), efetuou a liquidação do empréstimo existente com o BNDES. Com isso, qualquer



cláusula contratual referente a atendimento de índices financeiros, cauções, penhores e cartas de fiança dadas em garantia foram automaticamente canceladas.

10. Taxas regulamentares

Os saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)
Correntes			
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	823	923	555
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	189	131	84
P&D	1.721	1.733	1.950
	2.733	2.787	2.589

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída por definição da ANEEL. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) pro rata tempore, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de fiscalização descrita anteriormente. Divergências entre o valor provisionado e o valor pago permanecem no passivo da Companhia até que seja emitido despacho complementar por parte da ANEEL para pagamento.

11. Outras provisões - medidas compensatórias

O Contrato de Concessão nº 003/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve enviar esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

A Companhia está operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo aos requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais, visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação no 726/2008 emitida pelo IBAMA em 30 de setembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo da provisão ambiental é de R\$3.657 (R\$3.441 em 31 de dezembro de 2009). A Administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores legais, entende que não há previsão de atualização monetária para essa provisão enquanto não houver assinatura do Termo de Compromisso com o IBAMA, o que não havia ocorrido até a data do balanço. Além disso, a provisão está mantida no passivo não circulante por não haver expectativa de desembolso no próximo exercício.

12. Empréstimos partes relacionadas

Empresas	Natureza da operação	2010			2009 (reapresentado)		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
State Grid Brazil Holding S.A.	Contas a pagar	-	3.049	3.049	-	-	-
State Grid Brazil Holding S.A.	Empréstimo	-	162.942	863	-	-	-

A Companhia formalizou em 15 de dezembro de 2010, contrato de empréstimo com seu acionista controlador State Grid Brazil Holding S.A., no valor máximo de R\$ 165.000. Sobre o principal da dívida incide a taxa de juros de 10% ao ano. Os juros devem ser amortizados trimestralmente com início em 15 de março de 2011 e o saldo remanescente a pagar deve ser amortizado em 30 de novembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do empréstimo estava segregado entre R\$34.070 no passivo circulante e R\$ 128.872 no passivo não circulante.

13. Patrimônio líquido

a) **Capital social**

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$82.518, dividido em 82.518.088 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

Em 15 de dezembro de 2010, os acionistas Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A., Isolux Energia e Participações S.A. e Abengoa Brasil Ltda. decidem efetuar a venda da integralidade de ações ordinárias nominativas em seu poder à sociedade State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), sociedade controlada pelo Grupo State Grid, com matriz em Pequim, República Popular da China. Desta forma, em 31 de dezembro de 2010, a SGBH passa a ser a acionista majoritária da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 82.518, dividido em 82.518.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ações ordinárias subscritas e integralizadas	
	2010	2009
State Grid Brazil Holding S.A.	82.518.080	-
Lintran do Brasil Participações S.A.	-	20.629.520
Elecnor Transmissão de Energia S.A.	-	20.629.520
Isolux Energia e Participações S.A.	-	20.629.520
Abengoa Brasil Ltda.	-	20.629.520
Membros do Conselho de Administração	8	8
	82.518.088	82.518.088

b) **Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) **Dividendos**

Os acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos de exercícios anteriores a 2010 foram calculados com base no lucro líquido do exercício ajustado anterior à aplicação da prática contábil mencionada na nota explicativa 3.

	2010
Lucro líquido do exercício	46.246
Reserva legal (5%)	(2.312)
Base de cálculo para os dividendos	43.934

O saldo total do lucro do exercício remanescente após a constituição da reserva legal em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 43.934, foi registrado como dividendos retidos no patrimônio líquido. Adicionalmente, o saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores também foi registrado como dividendos retidos. A decisão sobre a destinação final do valor de dividendos a ser pago ou outra eventual destinação será efetuada em assembleia de acionistas durante 2011.

14. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

A Companhia registra provisão para contingências para processos considerados como expectativa de perda provável, conforme abaixo:

	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado)		(Reapresentado)
Tributária	8.431	-	-
	8.431	-	-

Adicionalmente, a Companhia possui processos com expectativa de perda possível, para os quais não foi registrado provisão para contingências. Tais processos estão sumariados a seguir:

► Processos por conta de autos de infração impetrados pela Secretaria Estadual de Fazenda do Estado de Goiás, no valor aproximado de R\$ 1.722

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 a Companhia não possuía processos com expectativa de perda provável e, desta forma, não possuía provisão para contingências registrada.

15. Instrumentos financeiros

15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	2010		2009 (reapresentado)		01/01/2009 (reapresentado)	
	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	33.996	33.996	-	20.529	20.529
Concessionárias e per-missionárias	13.759	-	13.759	13.666	-	13.666
Contas a receber - ativo financeiro	440.888	-	440.888	445.228	-	445.228
	454.647	33.996	488.643	458.894	20.529	479.423

Em 2010, 2009 e 2008, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado)		(Reapresentado)
Fornecedores	443	202	327
Empréstimos e financiamentos	-	182.591	215.908
Contas a pagar - partes relacionadas	3.049	-	-
Empréstimos - partes relacionadas	162.942	-	-
Impostos e obrigações fiscais	25.032	20.967	15.088
	191.466	203.760	231.323

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

15.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) **Riscos de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) **Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador.

15.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e financiamentos e empréstimos apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

16. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	2010	2009
	Imposto de renda	Imposto de renda
	(Reapresentado)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social com impacto de novas práticas contábeis	72.278	86.628
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - adesão ao RTT	4.287	(66)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sem impacto de novas práticas contábeis	76.565	86.562
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(26.032)	(29.431)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições não dedutíveis	37.841	-
Exclusões não dedutíveis	(35.502)	-
Lucro real no exercício	78.904	86.562

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

18. Receita operacional bruta

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado iniciando pela receita líquida. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
	(Reapresentado)	
Receita operacional bruta	121.118	111.861
Receita de operação e manutenção	19.765	7.820
Receita financeira de construção e outras	101.353	104.041
Deduções da receita operacional	(9.146)	(8.689)
PIS	(864)	(812)
COFINS	(3.987)	(3.746)
Quota para RGR	(3.136)	(3.021)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.159)	(1.110)
Receita operacional líquida	111.972	103.172

19. Outras informações

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

Não ocorreram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2010 que pudessem ter efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo naquela data.

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente
 Ou Xiaoming - Diretor Administrativo
 Marcia Cristina Marinho Pereira Gonçalves - CRC/RJ 087201/01-

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da **Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.** Rio de Janeiro, Brasil

Examinamos as demonstrações financeiras da Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de fevereiro de 2010, que não conteve qualquer modificação.

Em conexão com nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, auditamos também os ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis descritos na nota explicativa 3. Em nossa opinião, tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados, considerando todos os aspectos relevantes. Fomos contratados somente para auditar os ajustes descritos na nota explicativa 3 e não para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2009 e sobre o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2009 e, portanto, não expressamos opinião sobre as referidas demonstrações.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011



ERNST & YOUNG TERCO
 Auditores Independentes S.S.
 CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ
 Claudio Camargo
 Contador CRC - 1PR 038.371/O-1 - S - RJ



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2010, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

SETOR ELÉTRICO

O Sistema de Transmissão Interligado Nacional

As primeiras linhas de transmissão do Brasil tinham por objetivo interligar as usinas geradoras aos centros consumidores. A partir da década de 60, com a centralização nas mãos da União do planejamento da expansão elétrica, esses sistemas radiais e isolados foram sendo conectados para formar o Sistema Interligado de Transmissão. Até recentemente o país tinha dois grandes subsistemas de transmissão: um para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; outro para o Nordeste e parte da região Norte (o restante da região Norte possuía apenas linhas isoladas, sem caracterizar um sistema).

Em 1999 os subsistemas Sul - Sudeste - Centro-Oeste e Norte - Nordeste foram conectados através da linha de transmissão Norte-Sul I (Furnas), iniciando o processo de integração eletroenergética hoje em pleno desenvolvimento. Tal integração objetiva promover o intercâmbio de energia entre as usinas (majoritariamente hidroelétricas), otimizando o uso dos recursos hídricos e aproveitando diferenças nos regimes pluviométricos de cada região. Pode-se afirmar, portanto, que os investimentos no segmento de transmissão são tão essenciais quanto aqueles em geração de eletricidade, com a vantagem de possuírem menores prazos de implantação e impactos ambientais. Tais investimentos ganharam vulto, contudo, após a instituição do novo modelo energético, o qual promoveu a cisão dos negócios de Geração, Transmissão, Distribuição, bem como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação).

O Segmento da Transmissão

Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos players e uma intensa competição que tem levado a deságios de mais de 50 %.

Com a entrada do governo Lula, o modelo foi modificado através das Leis 10.847 e 10.848 de 2004. O segmento da Transmissão, contudo, foi pouco alterado. Teve como principais mudanças o gerenciamento das licitações e a permissão de concessionárias federais para concorrerem aos leilões, (desde que associadas e com participação minoritária) transferidas para o MME.. Não houve modificação na essência do modelo para o segmento o qual tem, inclusive, sido tomado como exemplo de sucesso no Setor Elétrico e servido de paradigma para as reformas efetuadas no setor de Geração.

Para os próximos anos espera-se a manutenção do contínuo desenvolvimento deste setor. Já foram ofertados em leilões públicos diversos empreendimentos de transmissão de caráter estrutural que, certamente, incrementarão a capacidade de intercâmbio eletroenergético no Brasil. Recentemente, as novas obras previstas pelo planejamento de expansão da transmissão foram consolidadas pelo Ministério de Minas e Energia – MME, reforçando a expectativa de manutenção do ritmo de investimentos no setor.

A ETIM

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. foi constituída em 25 de maio de 2001 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial em Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 58.500.000, dividido em 58.500.000 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (em reais).

Acionistas

SGBH Transmissão Participações Ltda
Mrs. Ou, Cai e Qu

%
99,99
0,01
100

O Objeto de nossa Sociedade é a exploração de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à disponibilização de nossa rede de transmissão de energia elétrica. Nossa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

No dia 20 de dezembro de 2002, a ETIM assinou com a União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 086/2002 – Interligação Itumbiara Marimbondo, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

Linha de transmissão 500 kV Itumbiara - Marimbondo, com extensão de 210 km, com origem na subestação 500 kV de Itumbiara e término na subestação 500 kV de Marimbondo; e

Respectivas entradas de linha, interligações de barra e demais instalações, necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações nas subestações de Itumbiara e Marimbondo, operadas por Furnas Centrais Elétricas S.A.

Essa linha reforça a conexão entre os Subsistemas Sul-Sudeste-Centro-Oeste e Norte-Nordeste e fazem parte do atual Sistema Interligado Nacional ("Sistema Interligado")

EXERCÍCIO 2010

Receita:

O valor anual da receita, fixado pela ANEEL, para o período de Julho 2010 – Junho 2011 é de R\$ 51.252 mil (49.196 em 2009). Tal valor é fixo, definido no Contrato de Concessão, e reajustado anualmente em 1º de Julho pela variação do IGP-M nos 12 meses findos em 31 de maio precedente ao reajuste.

A receita mensal é objeto de uma dedução de uma parcela variável, em função do tempo em que as linhas fiquem indisponíveis. No exercício de 2010, a ETIM não teve dedução por este conceito.

A ETIM fatura mensalmente a todos os Usuários do Sistema Interligado pelo uso do Sistema de Transmissão da rede básica, com independência do uso específico das suas próprias instalações. Os valores devidos por cada um dos usuários são definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

A título de exemplo, o número de Usuários do mês de dezembro de 2010 alcançou a cifra de 202 com uma média de R\$ 803 por fatura.

Distribuição de Usuários

Valor da fatura	Quantidade	Totais	Media
< 10.000	147	350	2
10.000 - 100.000	43	1.466	34
100.000 - 200.000	8	1.200	150
200.000 - 300.000	2	507	254
>300.000	2	726	363
SOMAS	202	4.249	803

A composição da tarifa em dezembro de 2010 é como segue:

Composição da tarifa

	R\$ Mil
Receita Garantida	50.030
Impostos	
PIS	-325
COFINS	-1.501
ICMS	-
Taxas	
Fiscalização	-250
P&D	-463
RGR	-1.251
Compensação financeira	-
Custo da energia comprada para revenda	-
Encargos de uso da rede elétrica	-
Despesas de pessoal	-1.864
Outras despesas operacionais	-10.499
Tarifa bruta da concessionária	33.877

Desempenho econômico-financeiro

No exercício 2010, a ETIM teve uma Receita Base bruta de R\$ 52.613 milhões (48.030 milhões em 2009) que, após a dedução dos impostos sobre o faturamento, resultou em uma receita líquida de R\$ 49.073 milhões (44.639 milhões em 2009).

O lucro operacional, EBITDA, foi de R\$ 41.852 milhões (41.989 milhões em 2009), e uma vez descontados as amortizações, as despesas financeiras e os extraordinários, obtemos um lucro antes de impostos de R\$ 32.283 milhões (37.599 milhões em 2009).

O Lucro Líquido do exercício, após a Provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foi de R\$ 23.175 milhões (34.249 milhões em 2009), correspondente a R\$ 404,00 por lote de 1.000 ações do capital.

	2010	2009
• Liquidez Geral	239,73%	209,28%
• Liquidez Corrente	317,65%	201,00%
• Relação Patrimônio Líquido/Ativo Total	58,45%	52,41%
• Relação Exigível Total/Ativo Total	41,55%	47,59%
• Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	16,32%	28,09%
• Relação Lucro Operacional/Patr. Líquido (%)	32,21%	34,43%
• Endividamento do patrimônio Líquido	71,09%	90,80%
• Em moeda nacional	-	87,86%
• Em esta de moedas	-	12,14%

Valor Adicionado: Em 2010, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela concessionária foi de R\$ 47.823 milhões, representando 91% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição: 4% (pessoal); 23% (Governo); 48% (Acionistas); e 25% (Financiadores)

Distribuição de Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 50% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

A sociedade constituiu reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social e decidiu reparar aos acionistas o saldo remanescente.

Responsabilidade ambiental

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. - ETIM está operando em plena conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação nº. 210/2009 revalidada e emitida pela FEAM/COPAM – MG em 14/08/2009.

Indicação dos Programas Ambientais Realizados no decorrer do ano de 2010

Nome do Programa	Atividades realizadas 2010
Programa de Monitoramento de Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas	Sim
Programa de Educação Ambiental Anti-queimadas	Sim
Programa de Poda e Corte seletivo	Sim

Resumo das Atividades

A Licença de Operação nº 514/2004, emitida em 30/07/2004 pela FEAM/COPAM – MG para as Linhas de Transmissão 500 kV Itumbiara –Marimbondo-ETIM venceu em 30/07/2008 e a ETIM solicitou a revalidação da Licença de Operação através do processo 01745/2002/004/2009. Para a revalidação da LO foi realizada vistoria em campo no final de dezembro e início de janeiro a fim de verificar a evolução do Programa de Monitoramento de Processos Erosivos. A vistoria originou o RADA (Relatório de Atividades de Desenvolvimento Ambiental), o qual foi protocolizado no dia 13 de fevereiro de 2009. A ETIM recebeu em 14/08/2009 a LO revalidada nº. 210/2009. Além do Programa de Monitoramento de Processos Erosivos (a), o Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental anti-queimadas (b) tem continuidade durante toda a fase de operação do empreendimento.

Descrição das Atividades:

a) Programa de Monitoramento de Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas
Na vistoria realizada ao final de dezembro e início de janeiro foram verificados 14 locais onde havia pendências de recuperação de áreas degradadas por processos erosivos e o resultado foi satisfatório, haja vista que todas as áreas estavam recuperadas.

Em alguns dos locais foi necessária a intervenção antrópica com aplicação de adubos e plantio de espécies gramíneas, em outros a regeneração natural prevaleceu.

O mesmo ocorreu para casos de contenção de material em acessos que entraram em processo de erosão e áreas com drenagens que tiveram que ser recuperadas. A ETIM cumpriu com seu papel e continuará durante toda a operação com o Programa de Monitoramento de Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas.

b) Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental anti-queimadas

Este Programa é realizado todos os anos com objetivo de conscientizar a população de entorno sobre os perigos das queimadas. Há dois tipos de campanhas anti-queimadas, as quais são alternadas de ano em ano. Uma delas é chamada Completa que consiste na apresentação de palestras para os proprietários e alunos do entorno do empreendimento, colocação de cartazes, spots em rádios locais, distribuição de kits (caderno, lápis, canetas, gibi para crianças e calendário para adultos, camisas, bonés, garrafinha de água, sacola e imã de geladeira) e distribuição de panfletos educativos. Nas palestras, é feita uma brincadeira com perguntas voltadas para os temas: Preservação Ambiental, Os Males das Queimadas e Desenvolvimento Sustentável. Os participantes que acertam as perguntas recebem como brinde uma caneca.

O outro tipo de campanha é o Simples, que consiste na colocação de cartazes, distribuição de kits e folder educativo, e spots em rádios locais. No ano de 2010 foi realizada na ETIM a campanha do tipo simples no período de agosto e setembro. Mesmo sendo a campanha simples, no ano de 2010 foi realizado um concurso de desenho e redação para as escolas da região. O tema foi o slogan da campanha: "Evite queimadas, promova a vida". Aos vencedores foram distribuídos prêmios como bicicletas e computadores.

c) Programa de Poda e Corte seletivo

No ano de 2010 ocorreram atividades de poda e corte seletivo nos vãos entre as torres 450 até 453.

Projetos Culturais:

Relatório de Projetos Patrocinados

A) Projetos Culturais – Lei Rouanet

Ser Nobre é ter Identidade

Ampliar e dar continuidade ao projeto Ser Nobre é Ter Identidade que pesquisa a identidade cultural de cidades históricas brasileiras, valorizando a promoção de seu patrimônio material e imaterial e registrando a proposta em diários.

Motivação: Brinde de Natal; Valor: R\$ 7.500,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

Isso aqui Não é Gotham City

Duas apresentações do Grupo Primeiro Ato em Brasília com um espetáculo que transporta para o palco quadros e takes dançados, inspirados no mundo das histórias em quadrinhos e dos desenhos animados. A busca de um objeto surpreendente reúne os mais diversos tipos, de origens e raças diferentes, numa arriscada aventura, reproduzindo o submundo de uma metrópole imaginária.

Motivação: relacionamento institucional (ONS, ANEEL, IBAMA, Furnas, Eletronorte e outros) e funcionários Plena. Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 20.000,00; ; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

Clássicos e Samba

Trata-se de um espetáculo no Theatro Municipal do Rio de Janeiro em torno de compositores populares que levaram o samba ao classicismo do gênero.

O programa será comemorativo do cinquentenário de Brasília, do centenário de Noel Rosa e de Adoniram Barbosa, com arranjos "de casaca" para músicas destes compositores, comemorando também o glamour do novo Theatro Municipal recém-restaurado.

Motivação: relacionamento institucional (ONS, ANEEL, IBAMA, Furnas, Eletronorte e outros) e funcionários Plena. Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 40.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

Cinemagia – Cinema Itinerante

Evento de cinema itinerante, com toda infra-estrutura própria, para exibição pública em 05 (cinco) cidades a serem definidas pelo cliente. Todas as exibições são gratuitas e serão distribuídas pipocas aos espectadores também gratuitamente

Motivação: interação e bom relacionamento com as comunidades próximas às LTs. Locais: 15 municípios de MT e GO; Valor: R\$ 55.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

União da Ilha – Carnaval 2011

Desfile da Escola de Samba União da Ilha do Governador no Rio de Janeiro em 2011 com o tema "Ela é insulana por NATUREZA. Já foi domingueira, mística, curiosa, nostálgica, carnavalesca, assombrosa, profana, biriteira, circense, mágica, mandingueira, infantil e por fim: ADVENTUREIRA."

Motivação: participação, fidelização e integração dos funcionários.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 10.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2011

Salgueiro

Desfile da Escola de Samba Salgueiro no Rio de Janeiro em 2011 com o enredo: Noite de estréia. A agitação na porta do cinema revive os tempos de glamour da eterna Cinelândia. Uma multidão se aglomera para ver de perto os astros da superprodução salgueirense que entra em cartaz depois de um ano de filmagens. Todos prontos? Vai começar a sessão!

Motivação: participação, fidelização e integração dos funcionários. ; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 25.000,00; Ano de aporte: 2010

Natal no Campus - UNIFEI

Abriu as portas da Universidade Federal de Itajubá para a comunidade, sempre ao final do ano, por ocasião das festas natalinas. O objetivo é criar um festival contando com apresentação de orquestra sinfônica, grupos de dança, grupos de teatro, apresentações musicais, apresentações de grupos corais, oficinas de criação artística, para um grande público.

Motivação: acordo de mútuo apoio das entidades.; Local: Itajubá; Valor: R\$ 15.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

Projetos Esportivos (Lei de Incentivo ao Esporte)

Copa Brasil de Tênis de Mesa

Produção de uma etapa do Circuito Copa Brasil (1a de 3 etapas) com 500 competidores nacionais de Tênis de Mesa. Simultaneamente, apresentação do evento Rei das Américas, competição entre os 4 melhores competidores brasileiros e 4 campeões panamericanos no esporte. Em paralelo, é feito o treinamento de professores da rede pública de escolas da cidade envolvida e a posterior doação das mesas de competição para estas escolas.

Motivação: divulgação da imagem da Plena associada ao apoio à educação esportiva básica.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 40.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2011

Pesquisa e desenvolvimento

Em 2010 a ETIM concluiu o projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado "Acúmulo de dano por fadiga em cabos condutores de alumínio submetidos a blocos de carregamento com amplitude variável", executado pela UnB.

Foram também concluídos 5 projetos, referente aos ciclo 2006-2007. Esses projetos, listados a seguir, foram executados em forma cooperativa com as empresas CPTE, ETEE, ITE, PPTE e VCTE:

- Impacto do tratamento criogênico profundo nas propriedades físicas e mecânicas de ligas Al de uso em LTs e SEs (UnB / Kryos)
- Projeto de protótipo de baixo custo de sensor de correntes elétricas elevadas em fibra óptica (PUC-Rio / Lupatech)
- Inibição corrosão em torres de transmissão de energia com nanotinta de TiO2 (UFRJ)
- Desenvolvimento de sistema de controle meteorológico do campo de vento LTs da PPTE (UFRJ)
- Desenvolvimento de um sistema de alerta para condições sistêmicas anormais (UFRJ).

Por fim, foi iniciado o projeto intitulado "CONFHIA - Sistema de Gestão da Confiabilidade Humana", com a empresa de base tecnológica Brasil Inteligente. Esse projeto está sendo executado em forma cooperativa com a CPTE.

Responsabilidade Social

Neste exercício da ETIM, fica nítido o papel social da Concessionária. A característica linear de suas instalações implica em penetração regional significativa, representando uma abrangência social como poucas outras instalações podem propiciar. Assim, ciente de sua responsabilidade social, a ETIM tem gerenciado seu orçamento sempre buscando as oportunidades de investimentos sociais, esgotando e utilizando todos os incentivos sócios culturais permitidos pela legislação vigente.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 2011.

A Administração



BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2010 (31 de Dezembro de 2010 e 2009) (Não Auditado)

1) Base de Cálculo		2010		2009		4) Indicadores Ambientais (Relacionados com a operação da empresa)		
		Valor	Valor	Valor	Valor			
Receita Líquida (RL)		49.073	44.639			Em Programas e/ou projetos externos	3	0
Resultado Operacional (RO)		41.852	41.989			Total dos Investimentos em Meio Ambiente	3	0
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		1.227	1.368			5) Indicadores do Corpo Funcional		
2) Indicadores Sociais Internos		Valor (R\$)	%Sobre FPB	Valor (R\$)	%Sobre FPB			
Alimentação		77	6,30%	59	4,34%	No. de empregados ao final do período	19	21
Encargos sociais compulsórios		428	34,88%	345	25,19%	No. de admissões durante o período	0	6
Previdência privada		-	0,00%	-	0,00%	No. de empregados terceirizados	0	0
Saúde		79	6,46%	70	5,11%	No. de mulheres que trabalha na empresa	3	2
Capacitação e desenvolvimento profissional		8	0,68%	6	0,45%	Escolaridade dos empregados		
Outros		38	3,11%	8	0,61%	Superior e extensão universitária		6
Total - Indicadores Sociais Internos		631	51,43%	488	35,70%	2º grau		9
						1º grau		4
3) Indicadores Social Externos		Valor (R\$)	%Sobre RO	Valor (R\$)	%Sobre RO	Faixa etária dos empregados		
Cultura		212,50	0,51%	-	0,00%	Abaixo de 30 anos		8
Total - Indicadores Sociais Externos		212,50	0,51%	-	0,00%	De 30 até 45 anos (exclusive)		10
						Acima de 45 anos		1
						Dependentes		7

6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial		2010		2009	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		7		5	
Número total de acidentes de trabalho		0		0	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos		(x)		(x)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos		(x)		(x)	
A participação nos lucros ou resultados é definida		(x)		(x)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa		(x)		(x)	
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa		(x)		(x)	

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009	01/01/2009		Nota	2010	2009	01/01/2009
			(Reapresentado)	(Reapresentado)				(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.835	409	473	Fornecedores		265	413	417
Concessionárias e permissionárias	5	5.512	5.294	5.050	Empréstimos e financiamentos	9	-	11.520	12.037
Estoques		918	915	-	Contas a pagar - partes relacionadas	12	1.332	-	-
Adiantamento a fornecedores		8	-	-	Empréstimos - partes relacionadas	12	11.708	-	-
Impostos a recuperar	6	482	294	117	Impostos e contribuições sociais		7.611	1.413	700
Contas a receber - ativo financeiro	7	50.520	50.030	47.969	Taxas regulamentares	10	1.163	1.124	861
Outros créditos		209	328	212	Dividendos propostos		-	13.781	17.635
		71.484	57.270	53.821	Outros		425	242	1.025
							22.504	28.493	32.675
Ativo não circulante					Não circulante				
Títulos e valores mobiliários		-	6.010	9.123	Empréstimos e financiamentos	9	-	68.888	83.305
Outros créditos		-	10	155	Empréstimos - partes relacionadas	12	59.473	-	-
Contas a receber - ativo financeiro	7	170.505	168.412	170.413	Outras provisões - medidas compensatórias	11	54	54	54
Investimentos		53	53	53	Provisão para contingências	14	2.664	-	-
Intangível		898	898	898	Impostos diferidos		16.246	13.280	12.621
		171.456	175.383	180.642			78.437	82.222	95.980
Total do ativo		242.940	232.653	234.463	Patrimônio líquido	13			
					Capital social		58.500	58.500	58.500
					Reserva de lucros		81.555	17.888	4.674
					Reserva legal		5.717	4.557	3.153
					Ajuste de avaliação patrimonial		(3.773)	(659)	-
					Lucros acumulados		-	41.652	39.481
							141.999	121.938	105.808
					Total do passivo e do patrimônio líquido		242.940	232.653	234.463

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes		Total resultado abrangente	Total
	Capital social subscrito	Legal	Dividendos retidos	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldo em 31 de dezembro de 2008	58.500	3.153	4.674	-	-	70.377
Ajuste de prática contábil	-	-	-	-	39.481	39.481
Saldo em 31 de dezembro de 2008 (reapresentado)	58.500	3.153	4.674	-	39.481	105.808
Dividendos propostos de lucro do exercício anterior	-	-	(4.128)	-	-	(4.128)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.249	34.249
Ajuste de prática contábil	-	-	-	(659)	-	(659)
Constituição de reserva legal	-	1.404	-	-	(1.404)	(1.404)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(13.332)	(13.332)
Dividendos retidos	-	-	17.342	-	(17.342)	(17.342)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	58.500	4.557	17.888	(659)	41.652	121.938
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.175	23.175
Dividendos propostos de lucro do exercício anterior	-	-	41.652	-	(41.652)	-
Ajuste de prática contábil	-	-	-	(3.114)	-	(3.114)
Constituição de reserva legal	-	1.159	-	-	(1.159)	(1.159)
Dividendos retidos	-	-	22.015	-	(22.015)	(22.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	58.500	5.717	81.555	(3.773)	-	141.999

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, apresentado em reais)

	2010	2009
Receita operacional líquida	49.073	44.639
Custo da operação	(3.338)	(2.650)
Pessoal	(1.511)	(1.512)
Material	(63)	(89)
Serviços de Terceiros	(1.199)	(1.476)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica	(250)	(240)
Arrendamentos e aluguéis	(75)	(79)
Custo de construção e outras	(240)	746
Lucro operacional bruto	45.735	41.989
Despesas operacionais	(3.883)	-
Pessoal e administradores	(353)	-
Outras	(3.530)	-
Lucro antes do resultado financeiro	41.852	41.989
Resultado financeiro	(9.468)	(4.390)
Receita financeira	2.207	1.522
Receitas de aplicações financeiras	738	853
Variações monetárias ativas	1.419	-
Outras receitas financeiras	50	669
Despesa financeira	(11.676)	(5.912)
Variações monetárias passivas	(1.330)	-
Juros	(7.824)	(540)
Outras despesas financeiras	(2.522)	(5.372)
Lucro antes dos impostos	32.283	37.599
Imposto de renda e contribuição social	(9.208)	(3.350)
Lucro líquido do exercício	23.175	34.249
Lucro líquido por ação - R\$	0,40	0,58

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
			(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		23.175	34.249
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Juros e variações monetárias dos empréstimos		9.154	5.605
Depreciação e amortização		-	5.242
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		124	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		(218)	(244)
Concessionárias e permissionárias		121	(116)
Outros créditos		(188)	(177)
Partes relacionadas		-	145
Contas a receber ativos financeiro		(2.583)	-
Estoques		(12)	(25)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(290)	(4)
Tributos e contribuições sociais		6.198	713
Partes relacionadas		1.332	(677)
Taxas regulamentares		38	263
Ajustes com implantação do IFRIC 12		29	(6.181)
Outras contas a pagar		2.851	(105)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		39.731	38.688
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado (ativo financeiro)-intangível		-	(12)
Títulos e valores mobiliários		6.010	3.113
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		6.010	3.101
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos captados		61.573	-
Empréstimos e financiamentos pagos		(79.953)	(20.539)
Dividendos distribuídos pagos		(13.935)	(21.314)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(32.315)	(41.853)
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes		13.426	(64)
Saldo inicial de caixa e equivalentes		409	473
Saldo final de caixa e equivalentes		13.835	409
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes		13.426	(64)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais) (Não Auditado)

	Nota	2010	2009
RECEITAS DE USO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO		52.613	48.030
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços		(1.964)	(1.880)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outras		(1.887)	(1.565)
Outros		(3.147)	746
VALOR ADICIONADO BRUTO		45.615	45.331
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	9	-	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		45.615	45.331
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras		2.208	1.522
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		47.823	46.853
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remunerações diretas		1.608	955
Benefícios		168	481
FGTS		88	76
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		11.034	5.101
Remuneração de capitais de terceiros:			
Despesas financeiras		11.676	5.912
Aluguéis		74	79
Remuneração de capitais próprios:			
Dividendos propostos	13.c	11.008	16.268
Lucros retidos		12.167	17.981
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		47.823	46.853



1. Contexto operacional

A Expansão Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("Companhia"), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 25 de maio de 2001 e está estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - Sala 1534, Centro, Rio de Janeiro, com filial em Minas Gerais. A Companhia iniciou suas operações em 23 de junho de 2004 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

1.1. Da concessão

Em 15 de agosto de 2002, o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia foi declarado vencedor do Leilão Público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à interligação da subestação Itumbiara à subestação Marimbondo, ambas no Estado de Minas Gerais. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 4 de dezembro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2002.

No dia 20 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 86/2002 - Interligação Itumbiara-Marimbondo, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em áreas do Estado de Minas Gerais, para implantação, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Itumbiara-Marimbondo, com extensão aproximada de 210 km, com origem na subestação 500 kV Itumbiara e término na subestação 500 kV Marimbondo.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$26.250. A RAP será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a receita anual permitida será reduzida a 50% do seu valor original. Em 24 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 843, estabeleceu a receita anual reajustada da Companhia no montante de R\$49.196 para o período de 1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2010. Em 29 de junho de 2010, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.021/2010, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 51.252 para o período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em 15 de dezembro de 2010, foi concluído o processo de venda da Companhia pertencente as Companhias Isolux Corsan S.A., Lintran do Brasil Participações S.A. e Abengoa Brasil S.A. à companhia State Grid Brazil Holding S.A., subsidiária do Grupo State Grid, localizado em Pequim, na República Popular da China.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 2.12, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Receita operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1., a Companhia reconhece como receita no resultado a Receita Anual Permitida (RAP), ajustada mensalmente pelo ONS por meio dos avisos de crédito que servem de base para emissão das faturas aos usuários de sua linha de transmissão. A RAP foi definida para os primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial, do período de 30 anos da concessão e, no período restante, esta sofrerá redução de 50%. Em 2009, foi aprovado o Pronunciamento ICPC 01 - Contratos de Concessão, que será adotado pela Companhia a partir do exercício de 2010. Entre os principais impactos que a adoção do ICPC 01 trará, está a mudança do atual procedimento contábil do reconhecimento da receita a partir dos avisos de crédito emitidos pelo ONS.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.6. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos assemelhados. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.7. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.8. Ativo financeiro

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 611, de 22 de dezembro de 2009, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos

ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Tributação

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;

► Reserva Geral de Reversão (RGR) ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL;

► Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2010 - ano base de 2009.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

► Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

► Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo; e

► Sobre ajustes efetuados por diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

► Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado do reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

► Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas transmissoras de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas companhias em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% de sua receita bruta anual.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de fiscalização descrita anteriormente.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais



recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

2.14. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Expansão Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ainda não foi oficialmente definido pelo Órgão Ambiental do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto na Lei 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

A Administração da Companhia adotou como prática contábil o reconhecimento dessa provisão ao término da construção da linha de transmissão, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no processo de unitização dos bens.

2.15. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.16. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BR GAAP).

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi emitida no Brasil na forma da ICPC 01 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em dezembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A ICPC 01 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas. O IFRIC 12 é aplicável à Companhia e está sendo adotado em 2010, com efeitos retroativos à data de constituição da Companhia. Assim, as demonstrações financeiras dos exercícios anteriores estão sendo reapresentadas, sendo definido 1º de janeiro de 2009 como a data de transição.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado anualmente, considerando a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários. De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com o seguinte modelo contábil do ativo financeiro. Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas), sendo que a Companhia adotou 1 de janeiro de 2009 como data de transição. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo a reconciliação do resultado do exercício de 2009, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas a seguir:

3.1. Balanço de abertura em 1 de janeiro de 2009

	01/01/2009 (Original)	Ajustes	01/01/2009 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	5.852	47.969	53.821
Caixa e equivalentes de caixa	473	-	473
Concessionárias e permissionárias	5.050	-	5.050
Impostos a recuperar	117	-	117
Contas a receber - ativo financeiro	-	47.969	47.969
Outros créditos	212	-	212
Ativo não circulante	180.519	123	180.642
Títulos e valores mobiliários	9.123	-	9.123
Outros créditos	155	-	155
Contas a receber - ativo financeiro	-	170.413	170.413
Investimentos	53	-	53
Imobilizado Gerador de RAP	170.290	(170.290)	-
Intangível	898	-	898
Total do ativo	186.371	48.092	234.463
Passivo			
Passivo circulante	32.675	-	32.675
Fornecedores	417	-	417
Empréstimos e financiamentos	12.037	-	12.037
Impostos e contribuições sociais	700	-	700
Taxas regulamentares	861	-	861
Dividendos propostos	17.635	-	17.635
Outros passivos circulantes	1.025	-	1.025
Passivo não circulante	83.359	12.621	95.980
Empréstimos e financiamentos	83.305	-	83.305
Outras provisões - medidas compensatórias	54	-	54
Impostos diferidos	-	12.621	12.621
Patrimônio líquido	70.377	35.471	105.808
Capital social	58.500	-	58.500
Reservas de lucros	-	4.674	4.674
Reserva legal	3.153	-	3.153
Lucros acumulados	8.684	30.797	39.481
Total do passivo e do patrimônio líquido	186.371	48.092	234.463

3.2. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	31/12/2009 (Original)	Ajustes	31/12/2009 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	7.240	50.030	57.270
Caixa e equivalentes de caixa	409	-	409
Concessionárias e permissionárias	5.294	-	5.294
Estoques	915	-	915
Impostos a recuperar	294	-	294
Contas a receber - ativo financeiro	-	50.030	50.030
Outros créditos	328	-	328
Ativo não circulante	171.141	4.242	175.383
Títulos e valores mobiliários	6.010	-	6.010
Outros créditos	10	-	10
Contas a receber - ativo financeiro	-	168.412	168.412
Investimentos	53	-	53
Imobilizado gerador de RAP	164.170	(164.170)	-
Intangível	898	-	898
Total do ativo	178.381	54.272	232.653
Passivo			
Passivo circulante	28.494	(1)	28.493
Fornecedores	413	-	413
Empréstimos e financiamentos	11.520	-	11.520
Impostos e contribuições sociais	1.413	-	1.413
Taxas regulamentares	1.124	-	1.124
Dividendos propostos	13.781	-	13.781
Outros	243	(1)	242
Passivo não circulante	68.942	13.280	82.222
Empréstimos e financiamentos	68.888	-	68.888
Outras provisões - medidas compensatórias	54	-	54
Impostos diferidos	-	13.280	13.280
Patrimônio líquido	80.945	40.993	121.938
Capital social	58.500	-	58.500
Reservas de lucros	-	17.888	17.888
Reserva legal	4.557	-	4.557
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(659)	(659)
Lucros acumulados	17.888	23.764	41.652
Total do passivo e do patrimônio líquido	178.381	54.272	232.653

O efeito da mudança de prática contábil relacionada à implantação do IFRIC 12 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi o seguinte:

Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 segundo as práticas contábeis anteriores	28.068
(+) Reversão da depreciação do imobilizado	5.242
(+) Custo de construção	878
(+) Variação na receita operacional bruta	61
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	34.249

3.3. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

► IAS 24 exigências de divulgação para entidades estatais e definição de Parte relacionada (revisada) -

Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

► IFRS 9 instrumentos financeiros - classificação e mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

► IFRIC 14 pagamentos antecipados de um requisito de financiamento mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

► IFRIC 19 extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras.

► Melhorias para IFRS - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

► IFRS 3 - Combinação de negócios.

► IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros.

► IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado)		(Reapresentado)
Caixa	5	5	3
Bancos	6.840	186	44
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6.990	218	426
	13.835	409	473

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento de Títulos Públicos multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem, nas datas dos balanços, o valor de mercado.

5. Concessionárias e permissionárias

	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado)		(Reapresentado)
A vencer	5.465	5.242	5.023
Vencidas até 30 dias	24	8	2
Vencidas até 60 dias	13	6	3
Vencidas até 90 dias	10	3	1
Vencidas há mais de 90 dias	124	35	21
	5.636	5.294	5.050
	(124)	-	-
	5.512	5.294	5.050

A Companhia monitora suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2010 registrados com base na análise do índice de inadimplência da companhia e por valores em aberto há mais de 90 dias. Tal critério foi adotado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A movimentação do saldo da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte durante os exercícios de 2009 e 2010:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	-
(+) Complemento PDD	124
(-) Baixas ocorridas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	124

6. Impostos a recuperar

	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado)		(Reapresentado)
Circulante			
PIS a compensar - Ativo imobilizado	64	31	26
COFINS a compensar - Ativo imobilizado	360	180	78
Outros	58	83	13
	482	294	117

7. Contas a receber - ativo financeiro

A rubrica de contas a receber - ativo financeiro origina-se da aplicação da interpretação técnica - ICPC 01 - Contrato de concessão e da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de concessão, conforme mencionado na nota explicativa 3.

O montante total de R\$ 221.025 (sendo R\$ 50.520 no ativo circulante e R\$ 170.505 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2010), foi calculado retroativamente ao início do período de concessão e entrada em operação das linhas de transmissão da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foi retroativamente registrado, totalizando R\$ 218.442 e R\$ 218.382, respectivamente.

8. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa rubrica referia-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conforme composição adiante. Durante o prazo do contrato, a Companhia teve que manter em favor do BNDES uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

O contrato com o BNDES foi quitado integralmente em dezembro de 2010. Com a liquidação do contrato, o montante disponível em tal rubrica foi recuperado pela Companhia.

9. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado)		(Reapresentado)
BNDES - subcrédito a - moeda nacional	-	4.193	4.772
BNDES - subcrédito b - moeda nacional	-	66.147	75.287
BNDES - subcrédito c - moeda estrangeira	-	9.701	14.849
Juros a pagar	-	367	434
Total de empréstimos e financiamentos	-	80.408	95.342
Passivo circulante	-	11.520	12.037
Passivo não circulante	-	68.888	83.305

As características do empréstimo são como se segue:

BNDES - TJLP - Providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incide a taxa efetiva de juros de 3% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 meses, com início em 15 de novembro de 2008 e término em 15 de outubro de 2022. Durante o mês de dezembro de 2010, a Companhia, como parte do processo de transição de controle acionário (vide nota explicativa 1), efetuou a liquidação do empréstimo existente com o BNDES. Com isso, qualquer cláusula contratual referente a atendimento de índices financeiros, cauções, penhores e cartas de fiança dadas em garantia foram automaticamente canceladas.

10. Taxas regulamentares

Os saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2010	2009	01/01/2009
	(Reapresentado)		(Reapresentado)
Correntes			
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	304	327	200
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	282	269	49
P&D	577	528	612
	1.163	1.124	861

